



VOZES NEGRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE RACIAL E DE GÊNERO A PARTIR DE BICUDO E GONZÁLEZ

XAVIER, Radja Barros,¹
SILVA, Anna Gabriella Alves da²
SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos³

Grupo de Trabalho (GT): GT 1 - Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidade.

RESUMO

A pesquisa em nível de graduação, por meio da revisão bibliográfica à luz do materialismo histórico-dialético, visa contribuir para o debate racial e de gênero a partir da exposição do pensamento de Virgínia Leone Bicudo e Lélia González, duas vozes negras potentes cuja vitalidade e atualidade merecem ser revisitadas. Parte da problemática do silenciamento das vozes negras na academia e propõe a construção de um novo *ethos* científico pela valorização do pensamento negro e a análise de categorias sociais fundamentais para a elucidação da dinâmica social excluente e desigual. As vozes em tela foram pioneiras em suas atuações: Bicudo iniciou em 1945 o debate sobre a psicanálise no país, discutindo a internalização e reprodução do racismo entre as pessoas negras. González esteve à frente do feminismo negro articulando as categorias de gênero, raça e classe. A relevância deste tema se situa no apontamento de novas abordagens para a produção acadêmico-científica.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Vozes Negras. Bicudo. González.

INTRODUÇÃO

Virgínia Leone Bicudo e Lélia González são vozes negras, que participaram ativamente, cada uma a seu tempo, da confecção, fio a fio da trama que pôs a nu, o mito da democracia racial. Bicudo era lida socialmente como parda, categoria essa que no cenário do Brasil no início do século XX era vista com pessimismo através da ótica da pseudociência eugenista internacional (Diwan, 2007), pois a miscigenação era considerada como um mal que atrasaria o alcance da civilidade e o aprimoramento racial da população.

Na esteira das teorias eugenistas, a questão racial foi silenciada do debate nacional, por um lado, as forças ditatoriais impunham a tese da democracia racial e silenciava toda forma de denúncia. E por outro lado, as desigualdades sociais ocupavam a centralidade das discussões nas organizações sindicais e políticas, deixando pouco espaço para as preocupações sobre gênero ou raça. Assim, a questão racial só era sentida de maneira consciente pelo povo negro já em idades

¹ Discente da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão. E-mail: radja.xavier@delmiro.ufal.br

² Discente da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão. E-mail: anna.silva@delmiro.ufal.br

³ Docente da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão. E-mail: monica.santos@delmiro.ufal.br





mais avançadas do que na juventude e infância, ao menos pelos negros situados na chamada classe média.

Exatamente por isso, os ensaios e intervenções da ativista Lélia González, foram fundamentais para a organização dos movimentos sociais, sobretudo, no que tange ao movimento negro e o feminismo negro.

Lélia González (1935-1994), foi uma grande autora, intelectual e ativista brasileira. Para além dessas definições, em seu trabalho Carla Curty e Maria Malta (2023) a definem como uma intérprete do Brasil e destacam sua importância. Nascida em Belo Horizonte, em 1º de fevereiro de 1935, Lélia Gonzalez graduou-se em História e Geografia, fez um mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. Uma mulher letrada, intelectual orgânica, como definem Curty e Malta (2023), sobretudo ativista e precursora do movimento negro brasileiro, com a organização do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR) hoje somente Movimento Negro Unificado (MNU), do feminismo negro, com a criação e coordenação do coletivo Nzinga Coletivo de Mulheres, e grande defensora da classe trabalhadora.

Por sua importância, o estudo dessas pensadoras negras, lança luzes ao debate racial da atualidade, sobretudo, no processo de tornar-se negro, de assumir conscientemente sua identidade racial, servindo de referência negra feminina para a academia marcada pela hegemonia da razão ocidental e contratualista.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral contribuir para o debate racial e de gênero através da exposição do pensamento de Virgínia Leone Bicudo e Lélia González por meio da análise das categorias sociais discutidas pelas autoras. E especificamente, dar visibilidade às produções de mulheres negras brasileiras, pioneiras em suas áreas de atuação, bem como, problematizar a realidade social à luz dessas vozes negras com vistas a uma produção acadêmico-científica antirracista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



As vozes femininas, por um longo período, ecoaram sem ressonância no seio da sociedade moderna que promoveu o controle e cerceamento de suas capacidades produtivas e reprodutivas. Mas, os condicionantes sociais impostos, não eram os mesmos para as mulheres brancas e ricas em relação às mulheres brancas e pobres, muito menos para as mulheres negras.

A luta pela emancipação feminina, por muito tempo, esteve dissociada das questões de classe e raça. As vozes negras, não eram ouvidas ou quando ouvidas, eram secundarizadas. Na ascensão do movimento feminista, a apregoada igualdade de gênero, se mostrava uma bandeira frágil e rebaixada, pois, não considerava a totalidade das mulheres, suas particularidades e necessidades reais.

Segundo Carla Cristina Garcia (2011), em “Breve História do Feminismo”, a obra do filósofo francês Poullain de La Barre (1647-1723) intitulada “Sobre a igualdade entre os sexos” (1673) foi a primeira obra feminista pela igualdade de gênero. Essa obra e a movimentação das mulheres durante a Revolução Francesa (1789-1799) teriam sido os momentos-chaves para a articulação do feminismo moderno. Em sua obra, Garcia (2011) traz grandes nomes de mulheres históricas que podem ser consideradas as precursoras desse movimento, que já criava raízes mais fortes desde o século XVIII com a publicação da Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs escrita em 1791 por Olympe de Gouges (1748-1793) e Reivindicação dos Direitos das Mulheres, de Mary Wollstonecraft (1759-1797), de 1793. Apesar disso, a própria Revolução Francesa representou uma derrota para o feminismo e para essa considerada “primeira onda”. O movimento feminista só irá “reaparecer” (Garcia, 2011) no século seguinte, desta vez como um movimento social de âmbito internacional.

A autora traz, então, os Estados Unidos como o grande palco para esse movimento que vai ter como foco, em seu início, não apenas questões voltadas para as mulheres, mas os problemas sociais existentes, como a luta pela independência do país e pela abolição da escravatura. Inclusive, segundo Ângela Davis (2016), apesar de se considerar que a década de 1840 teria sido o período de nascimento do movimento organizado por mulheres nos Estados Unidos, após a exclusão de duas mulheres representantes na Convenção Antiescravagista Mundial, essa inspiração já existia bem antes de 1840.



Segundo Garcia (2011) a Declaração de Seneca Falls, escrita no final da década, em 1848, funda o movimento sufragista estadunidense, acontecimento marcado como um dos primeiros programas políticos eminentemente feministas. Infelizmente, apenas 21 anos após a Declaração, o primeiro estado norte-americano reconheceu o direito ao voto feminino. Algumas reivindicações como o direito ao compartilhamento de bens e o direito de as esposas poderem apelar no tribunal de justiça também foram conquistados nesse período.

Contudo, para Davis (2016), a Declaração era o resultado teórico de anos de contestações inseguras e muitas vozes silenciosas, voltadas a uma condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e claramente opressiva para as mulheres da burguesia e das classes médias emergentes. Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. (Davis, 2016)

Davis (2016) destacou as mulheres trabalhadoras operárias que já se organizavam no fim da década de 1820 em paralisações e greves, reivindicando melhores condições de trabalho e diminuição das jornadas, que podiam chegar a 16 horas por dia. Estas chegaram a ser as líderes da militância operária dos Estados Unidos. Mas esse pioneirismo, segundo a autora, foi totalmente ignorado pelas líderes do novo movimento, e o reconhecimento dessa classe dentro desse encontro foi praticamente irrisório. Mas, havia outro grupo de mulheres que nem ao menos foi mencionado ou possuía uma única representante: as mulheres negras, que já enfrentavam de modo combativo a desumana instituição da escravidão, desafiando, resistindo, defendendo suas famílias e participando de rebeliões. A autora afirma que dos “numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infringiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra.” (Davis, 2016, p 31).

Em sua obra Garcia (2011) se refere a Sojourner Truth, uma mulher negra liberta, que foi um grande exemplo das diversas vozes de mulheres que se engajaram ao movimento sufragista. Ela trouxe a luz a questão da mulher negra, sendo a primeira mulher negra a assistir à Primeira Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres em 1850 e no ano seguinte proferiu um discurso na Convenção de





Akron onde enfocou pela primeira vez a questão dessas mulheres que eram duplamente oprimidas pela exclusão de raça e gênero, tendo em vista que o movimento feminista existente era majoritariamente de mulheres brancas de classe média burguesa que invisibilizavam questões raciais, assim como o movimento negro e abolicionista excluía questões de gênero, mesmo as mulheres dentro desse movimento "não conseguiam integrar sua consciência antiescravagista à análise que faziam da opressão das mulheres." (Davis, 2016, p.75).

No entanto, para além de apenas destacar essa única mulher negra, Davis (2016) vai levantar uma questão muito relevante sobre o papel das mulheres negras nesse movimento: mais de uma década antes de Seneca Falls, já existiam mulheres negras levantando suas vozes e contribuindo para a luta pelos direitos das mulheres. A exemplo de Maria Stewart, mulher negra que foi a primeira oradora nascida nos Estados Unidos a se dirigir a plateias formadas por homens e mulheres e que, segundo a autora, quando foi atacada contra seu direito de ministrar palestras públicas, questionou: "E daí que eu sou uma mulher?". Em 1827 tivemos também a publicação da carta de uma mulher negra sobre os direitos das mulheres, no jornal negro *Freedom's Journal*.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir da leitura imanente da dissertação de mestrado de Virgínia Leone Bicudo e dos ensaios, intervenções e artigos de Lélia Gonzáles, à luz do materialismo histórico-dialético para revisitá-las as categorias fundamentais do pensamento dessas autoras, a relevância social e a atualidade de suas produções, como premissa para problematização da dinâmica social e a proposição de um *ethos* acadêmico antirracista pela valorização das vozes negras, na produção científica. Essas autoras brasileiras, foram escolhidas por seu pioneirismo em seu tempo histórico.

RESULTADOS

Os resultados até agora obtidos são parciais, pois a pesquisa se encontra em andamento. Destarte, cumpre afirmar que Virgínia Bicudo foi uma das pioneiras no





estudo do comportamento, das atitudes e das visões de mundo da população negra, valendo-se não apenas da abordagem psicanalítica oriunda de sua formação, mas também de uma perspectiva histórica voltada para os povos marginalizados e vítimas do processo colonial. Este processo, cabe ressaltar, promoveu a internalização do racismo inclusive entre os próprios negros.

Ainda que Franz Fanon, autor amplamente referenciado por intelectuais negros, tenha chegado a conclusões semelhantes, isso ocorreu apenas em 1952 — ao passo que Bicudo já desenvolvia essas reflexões em solo brasileiro em 1945. Embora Fanon também fosse negro, o recorte de gênero acabou por favorecê-lo em relação ao reconhecimento concedido a Virgínia Bicudo. Logo, buscamos trazer uma reflexão sobre a importância do reconhecimento de obras de mulheres negras, não somente as aqui citadas, mas inúmeras outras que são apagadas da história, que esse reconhecimento venha em vida para essas vozes negras.

Assim como Simone De Beauvoir (1949) afirma que “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Lélia vivenciou a sua história de “tornar-se negra”. Tendo ela mesma passado pela tentativa de um embranquecimento do ser, que era entendido como a incorporação de padrões de normatividade socialmente construídos e aceitos, regrados por um referencial branco, Gonzalez tornou-se negra em seu sentido estético e individual, passando a se definir como uma mulher negra que ocupava lugares de potência, onde era protagonista, buscou seu autorreconhecimento por meio da psicanálise e com a participação e articulação de movimentos como o MNU. (Marques et al, 2021)

Importante destacar que segundo as autoras que traçaram a biografia de González, para analisar questões ligadas à internalização e reprodução do racismo pelas pessoas negras, ela recorreu às obras de Lacan e Fanon. Ao que parece, a intelectualidade brasileira, não conhecia ou invisibilizava da dissertação de Bicudo (1945), escrita 7 anos antes de “Pele negra, Máscaras brancas” de Frantz Fanon (1952).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nosso trabalho buscamos destacar potentes vozes negras femininas, ressaltando a participação delas como referência ao movimento negro e





feminino. Mesmo quando suas pautas foram negligenciadas pelos movimentos sociais em geral. Lélia Gonzales e Virgínia Leone Bicudo, de maneira diferentes, buscavam criticar o sistema racista e machista no qual estavam inseridas. Enquanto a obra de Lélia Gonzalez tem sido revisitada ultimamente, o mesmo não acontece com Virgínia Bicudo, ainda há uma invisibilização de seu pensamento. Elas são um recorte do universo de vozes negras potentes que precisam ser evidenciadas e fazer parte da produção científica do país.

REFERÊNCIAS

- BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** Organização Marcos Chor Maio. São Paulo. Sociologia e Política. 2010.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura.** Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo. Contexto, 2007.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** Helci Regina Candiani (Trad.), 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CURTY, Carla; MALTA, Maria. **Lélia Gonzalez: gênero, raça e classe na formação econômico-social brasileira.** XXVIII Encontro Nacional de Economia Política. Maceió, 2023.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.
- MARQUES, Amanda Christinne Nascimento et al. **Lélia Gonzalez: relações étnico-raciais e lugares de (re) existências** [recurso eletrônico]. Organização: Amanda Christinne Nascimento Marques et al. João Pessoa: Editora do CCTA. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Difusão Europeia do livro, 1980.
- Lélia Gonzalez: a mulher que revolucionou o movimento negro.** Gov.br.<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro>. Acesso em: 06/06/2025.

